

# CÂMARA MUNICIPAL

DE

**LAGOA – AÇORES**

**ATA N.º 18/2019**

**DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 13 DE SETEMBRO DE 2019**

(Contém 19 Folhas)

**ESTIVERAM PRESENTES OS SEGUINTE MEMBROS:**

PRESIDENTE – CRISTINA DE FÁTIMA SILVA CALISTO

VEREADOR – RICARDO NUNO FERREIRA MARTINS MOTA

VEREADOR – CARLOS AUGUSTO BORGES RODRIGUES FURTADO

VEREADOR – FERNANDO JORGE VENTURA MONIZ

VEREADORA – ALBERTINA MARIA COSTA OLIVEIRA

VEREADOR – NELSON ANTÓNIO ROSA DOS SANTOS

VEREADOR – ROBERTO MANUEL DE SOUSA OLIVEIRA



**CÂMARA MUNICIPAL****DE****LAGOA – AÇORES****ATA N.º 18/2019****DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 13 DE SETEMBRO DE 2019**

Aos treze dias do mês de setembro do ano dois mil e dezanove, nesta cidade de Lagoa, na Sala de Reuniões do Edifício dos Paços do Concelho, realizou-se a Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Lagoa, sob a Presidência da Exma. Senhora Cristina de Fátima Silva Calisto, na qualidade de Presidente da Câmara Municipal, e com a presença dos Exmos. Senhores Vereadores: Ricardo Nuno Ferreira Martins Mota; Carlos Augusto Borges Rodrigues Furtado; Fernando Jorge Ventura Moniz; Albertina Maria Costa Oliveira; Nelson António Rosa dos Santos e Roberto Manuel de Sousa Oliveira.

Sendo a hora designada para o início dos trabalhos e verificando-se haver «quórum» para funcionamento do executivo, tendo os membros presentes ocupado os seus lugares, a Excelentíssima Senhora Presidente declarou aberta a reunião, pelas 09:00 horas.

A reunião foi secretariada por Maria da Estrela Aguiar, Técnica Superior, do Gabinete de Apoio aos Órgãos Autárquicos.

**ATA DA REUNIÃO ANTERIOR:**

A Senhora Presidente da Câmara propôs à aprovação de todos os membros a ata da reunião ordinária de 23 de agosto de 2019.

A Câmara tomou conhecimento e a ata da referida reunião foi aprovada, por unanimidade, conforme disposto no número 2 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, não tendo participado na votação a Senhora Presidente Cristina de Fátima Silva Calisto e o Senhor Vereador Nelson António Rosa dos Santos, porque não estiveram presentes naquela reunião e será assinada pelo Senhor Vice-Presidente e por quem secretariou a reunião.



**ANTES DA ORDEM DO DIA:****INFORMAÇÕES SOLICITADAS NA ÚLTIMA REUNIÃO:**

O Senhor Vereador Carlos Augusto solicitou as informações referentes aos pedidos apresentados na última reunião da Câmara Municipal.

A Senhora Presidente entregou a listagem de todos os licenciamentos e comunicações prévias que deram entrada na Câmara Municipal, desde janeiro do corrente ano até à presente data.

Sobre o processo de aquisição dos Mupis Interativos que a Câmara Municipal disponibilizou em zonas de atração turística, a Senhora Presidente informou que o processo estava disponível para consulta no final da reunião da Câmara Municipal e o Senhor Vereador Nelson Santos prestará os devidos esclarecimentos.

Relativamente à apresentação das contas do Festival Caloura Blues e Festa InLagoa, a Senhora Presidente informou que a Senhora Vereadora Albertina Oliveira esteve de férias e apresentará as referidas contas na próxima reunião da Câmara Municipal.

Sobre os dois ajustes diretos celebrados com a Empresa KPMG & Associados – SROC, SA, para proceder à revisão do enquadramento do IVA, a Senhora Presidente informou que os processos estavam disponíveis para consulta no final da reunião da Câmara Municipal.

O Senhor Vereador Carlos Augusto solicitou esclarecimentos sobre este assunto, pois a Câmara Municipal sempre realizou operações com IVA, e questionou, ainda, qual a razão de se terem efetuado estes procedimentos.

A Senhora Presidente explicou que a Empresa KPMG & Associados – SROC, SA, apresentou, no ano passado, os seus serviços à Câmara Municipal e é uma Empresa especializada na prestação de serviços de fiscalidade.

O estudo efetuado baseou-se nas operações que conferem o direito à dedução do IVA incorrido, bem como operações que não conferem esse mesmo direito, existindo recursos que são afetos simultaneamente a ambas as operações pelo Município. Foi com base nesse âmbito que o Município de Lagoa, em colaboração com a empresa KPMG, procedeu à revisão do enquadramento conferido ao nível da dedução do IVA, para os anos de 2014 a 2018, tendo por base o método de IVA Pro-Rata, em aquisições que o IVA não foi deduzido na sua totalidade.

A Câmara Municipal realizou um procedimento, em 2018, com a Empresa KPMG, para proceder à revisão do enquadramento do IVA conferido pelo Município para os anos económicos de 2016 e 2017, pelo valor de 31.000,00 €, acrescido do IVA.

Em 16/07/2019 foi adjudicado novo procedimento por ajuste direto, à Empresa KPMG & Associados – SROC SA, para proceder à revisão do enquadramento do IVA conferido pelo



Município para os anos de 2014, 2015 e 2018, pelo valor de 55.000,00 €, acrescido do IVA. Este com carácter de urgência por estar prestes a prescrever o ano de 2014.

O Senhor Vereador Roberto Oliveira questionou se os Serviços da Câmara Municipal, no futuro, não poderão fazer esse serviço, tendo a Senhora Presidente respondido que foi a primeira vez que se fez este serviço e esta Empresa é especializada nesta matéria de fiscalidade. Em 2020, vão tentar receber o IVA referente ao ano de 2019.

O Senhor Vereador Roberto Oliveira questionou se o ROC do Município nunca alertou para esta situação, tendo a Senhora Presidente respondido que não.

O Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado sugeriu que a Senhora Presidente, sendo também Presidente da AMRAA, deveria tentar arranjar uma solução em economia de escala, para que todos os Municípios deixem de ter este custo e tenham este benefício. Por exemplo, um técnico a apoiar os trabalhadores das Câmaras Municipais nesta matéria.

A Senhora Presidente respondeu que este é um assunto recente e é uma questão de oportunidade de recuperar esses valores dentro dos prazos, antes que prescrevam. Ao nível da AMRAA pode-se estudar a possibilidade de formação para os técnicos de contabilidade, em matéria de fiscalidade, mas admite que as Câmaras Municipais mais pequenas não terão condições para realizar este serviço, pois têm recursos limitados face às exigências atuais.

O Senhor Vice-Presidente referiu que sobre este assunto têm que se considerar duas situações. A primeira, está relacionada com a contestação ao IVA detetado ter sido pago, indevidamente, pela Autarquia, no passado, e respetiva elaboração do processo para o referido reembolso da verba devida. Tratam-se de processos que carecem de ser bem fundamentados do ponto de vista técnico e jurídico, para terem o devido provimento. Essa circunstância recomenda que se opte pelo ajuste a uma empresa ou gabinete exterior com capacidade técnica e de conhecimento para o fazer. A outra situação será, no futuro, os serviços da Câmara Municipal, tendo por conhecimento essa circunstância quanto à elegibilidade do IVA, procederem administrativamente para esse valor ser considerado de acordo com a melhor prática fiscal e contabilística em vigor.

O Senhor Vereador Roberto Oliveira referiu que ficou esclarecido, pois desconhecia este assunto.

O Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado referiu que a Senhora Presidente podia ter partilhado este assunto, com todos os membros deste Órgão Executivo.

A Câmara tomou conhecimento.



**PEDIDO DE PARECER:**

O Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado questionou se a Senhora Presidente já tinha o parecer sobre a Legislação das Precedências Protocolares, conforme solicitado em anteriores reuniões.

A Senhora Presidente respondeu que ainda não tem o referido parecer.

A Câmara tomou conhecimento.

**AQUISIÇÃO DE TERRENO NA RUA DO JARDIM:**

O Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado questionou se a Câmara Municipal já adquiriu o terreno, sito na Rua do Jardim.

A Senhora Presidente respondeu que ainda não foi celebrada essa escritura, mas vão avançar de forma a não perder essa oportunidade. Mais informou que a Câmara Municipal já celebrou a escritura do terreno sito à Rua António Moniz Barreto, na freguesia de Nossa Senhora do Rosário, com a finalidade de construir um parque de estacionamento.

A Câmara tomou conhecimento.

**RECOLHA SELETIVA DE RESÍDUOS ORGÂNICOS:**

O Senhor Vereador Roberto Oliveira referiu que foi noticiado que o Governo Regional irá apoiar os Municípios que pretendam iniciar a recolha seletiva de resíduos orgânicos e questionou qual é a posição da Câmara Municipal de Lagoa.

A Senhora Presidente passou a palavra ao Senhor Vereador Nelson Santos, responsável pela área do ambiente e recolha de resíduos urbanos.

O Senhor Vereador Nelson Santos informou que esteve presente na reunião entre a Secretária Regional da Energia, Ambiente e Turismo e os Municípios dos Açores, que decorreu na Ilha do Faial, em que o Governo dos Açores pretende desenvolver um projeto piloto, em 2020, apoiando os Municípios que pretendam iniciar a recolha seletiva de resíduos orgânicos. O Governo Regional vai concluir, até ao final do ano, o processo de aquisição de 750 contentores de 800 litros destinados à deposição de resíduos urbanos biodegradáveis, que serão entregues aos Municípios que venham a aderir a este projeto piloto, para serem colocados junto dos ecopontos das recolhas seletivas. Este projeto será financiado pelo FEDER, no âmbito do Programa Operacional Açores 2020.

Mais informou que o sistema de recolha de resíduos no Concelho de Lagoa está a caminhar no sentido da recolha porta-a-porta e não para os contentores coletivos, à exceção de situações específicas. Em sua opinião, esta medida não se adequa à realidade atualmente



implementada no Concelho de Lagoa. Nas Ilhas mais pequenas a realidade é diferente. Acrescentou, ainda, que a Câmara de Ponta Delgada vai avançar com o projeto de recolha de resíduos orgânicos junto da restauração da baixa da Cidade.

O Senhor Vereador Roberto Oliveira perguntou se não há vantagens para o Município de Lagoa em aderir a este projeto.

O Senhor Vereador Nelson Santos informou que entende que não, porque ainda não há tratamento adequado para a matéria orgânica que se venha a recolher na ETRS da Musami. Está a decorrer, ainda, a Empreitada de Conceção, Construção e Fornecimento de um Centro de Tratamento Mecânico de Resíduos da Ilha de São Miguel.

A Câmara tomou conhecimento.

### **ORDEM DO DIA:**

### **PRESIDÊNCIA:**

### **PONTO N.º 1 – INFORMAÇÃO DA PRESIDENTE DA CÂMARA SOBRE AS ATIVIDADES CAMARÁRIAS E DE INTERESSE MUNICIPAL:**

A Senhora Presidente da Câmara apresentou a informação sobre as atividades Camarárias e de interesse Municipal, com os seguintes assuntos:

- Artesãos Lagoenses voltaram a expor os seus trabalhos na FATACIL;
- Câmara de Lagoa realizou segunda edição dos “Suspeitos do Costume” nos Poços da Atalhada;
- Lagoa realizou Workshop de Cozinha Portuguesa sustentável com sucesso;
- JudoLag presente em estágio internacional em Coimbra;
- Taça Lagoa de Canoagem juntou Clubes de várias Ilhas;
- Cabouco Land 2019 é evento referência na Freguesia;
- Cine Teatro Lagoense Francisco D’Amaral Almeida acolheu I Colóquio «A História da Lagoa»;
- Futuro Museu da Lagoa será uma referência da História do Concelho com espaços distribuídos nas cinco Freguesias;
- Água de Pau Vai ter nova valência de CATL;
- 3.ª Edição do Triatlo Trilhos da Lagoa com maior participação de sempre;
- Câmara de Lagoa recebeu certificação de Gestão de Qualidade.

Sobre o assunto “Artesãos Lagoenses voltaram a expor os seus trabalhos na FATACIL” o Senhor Vereador Roberto Oliveira questionou se algum membro da Câmara Municipal acompanhou os artesãos Lagoenses, a Lagoa - Algarve, pois, em sua opinião, deveriam ter sido acompanhados por alguém desta Câmara Municipal.



A Senhora Presidente informou que nenhum membro desta Câmara Municipal acompanhou os artesãos na FATACIL, pois trata-se de uma Feira de Artesanato, Turismo, Agricultura, Comércio e Indústria de Lagoa que decorreu no Algarve, nos finais do mês de agosto. Esta participação surgiu no âmbito da geminação estabelecida entre os dois Concelhos e visou dar a conhecer as artes e ofícios tradicionais do Concelho de Lagoa - Açores, como são, a cestaria e a arte bonecreira.

A Câmara tomou conhecimento.

### **UNIDADE ORGÂNICA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL:**

### **SUBUNIDADE ORGÂNICA DE EXPEDIENTE GERAL, CONTRATAÇÃO PÚBLICA E ASSUNTOS COMUNITÁRIOS:**

### **PONTO N.º 2 – PROCEDIMENTO PARA CONTRAÇÃO DE EMPRÉSTIMO DE MÉDIO E LONGO PRAZO, POR 20 ANOS ATÉ AO MONTANTE MÁXIMO DE 974.000,00 €:**

Foi presente a minuta do Contrato do Empréstimo de Médio e Longo Prazo, por 20 anos, até ao montante máximo de 974.000,00 €, apresentada pela Caixa Geral de Depósitos, S.A. que se junta por fotocópia à presente ata para dela fazer parte integrante como documento anexo sob o número 1.

A Câmara tomou conhecimento e deliberou, por maioria, com cinco votos a favor dos membros do Partido Socialista e duas abstenções dos Senhores Vereadores do Partido Social Democrata, Carlos Augusto Furtado e Roberto Oliveira, aprovar as cláusulas contratuais constantes da minuta do Contrato do Empréstimo de Médio e Longo Prazo, por 20 anos, até ao montante máximo de 974.000,00 €, apresentada pela Caixa Geral de Depósitos, S.A.

### **PONTO N.º 3 – PROCEDIMENTO PARA CONTRAÇÃO DE EMPRÉSTIMO DE MÉDIO E LONGO PRAZO, POR 20 ANOS, ATÉ AO MONTANTE MÁXIMO DE 265.500,00 €:**

Foi presente a minuta do Contrato do Empréstimo de Médio e Longo Prazo, por 20 anos, até ao montante máximo de 265.500,00 €, apresentada pela Caixa Geral de Depósitos, S.A. que se junta por fotocópia à presente ata para dela fazer parte integrante como documento anexo sob o número 2.

A Câmara tomou conhecimento e deliberou, por maioria, com cinco votos a favor dos membros do Partido Socialista e duas abstenções dos Senhores Vereadores do Partido Social Democrata, Carlos Augusto Furtado e Roberto Oliveira, aprovar as cláusulas contratuais



constantes da minuta do Contrato do Empréstimo de Médio e Longo Prazo, por 20 anos, até ao montante máximo de 265.500,00 €, apresentada pela Caixa Geral de Depósitos, S.A.

**PONTO N.º 4 – PROCEDIMENTO PARA CONTRAÇÃO DE EMPRÉSTIMO DE MÉDIO E LONGO PRAZO, POR 8 ANOS, ATÉ AO MONTANTE MÁXIMO DE 110.000,00 €:**

Foi presente a minuta do Contrato do Empréstimo de Médio e Longo Prazo, por 8 anos, até ao montante máximo de 110.000,00 €, apresentada pela Caixa Geral de Depósitos, S.A. que se junta por fotocópia à presente ata para dela fazer parte integrante como documento anexo sob o número 3.

A Câmara tomou conhecimento e deliberou, por maioria, com cinco votos a favor dos membros do Partido Socialista e duas abstenções dos Senhores Vereadores do Partido Social Democrata, Carlos Augusto Furtado e Roberto Oliveira, aprovar as cláusulas contratuais constantes da minuta do Contrato do Empréstimo de Médio e Longo Prazo, por 8 anos, até ao montante máximo de 110.000,00 €, apresentada pela Caixa Geral de Depósitos, S.A.

**PONTO N.º 5 – PROCEDIMENTO PARA CONTRAÇÃO DE EMPRÉSTIMO DE MÉDIO E LONGO PRAZO, POR 4 ANOS, ATÉ AO MONTANTE MÁXIMO DE 75.000,00 €:**

Foi presente a minuta do Contrato do Empréstimo de Médio e Longo Prazo, por 4 anos, até ao montante máximo de 75.000,00 €, apresentada pela Caixa Geral de Depósitos, S.A. que se junta por fotocópia à presente ata para dela fazer parte integrante como documento anexo sob o número 4.

A Câmara tomou conhecimento e deliberou, por maioria, com cinco votos a favor dos membros do Partido Socialista e duas abstenções dos Senhores Vereadores do Partido Social Democrata, Carlos Augusto Furtado e Roberto Oliveira, aprovar as cláusulas contratuais constantes da minuta do Contrato do Empréstimo de Médio e Longo Prazo, por 4 anos, até ao montante máximo de 75.000,00 €, apresentada pela Caixa Geral de Depósitos, S.A.

**PONTO N.º 6 – PROCEDIMENTO CONCURSAL PARA CESSÃO DO DIREITO DE EXPLORAÇÃO DE BARES DO INSPIRAL:**

Na sequência do procedimento concursal para cessão do direito de exploração de bares do INSPIRAL que foi presente na reunião da Câmara Municipal, de 16 de agosto de 2019, foi presente o despacho que abaixo se transcreve:

“Relativamente ao procedimento concursal para cessão do direito de exploração de bares do INSPIRAL e no uso das minhas competências legais, proponho o seguinte:





1.º Adjudicar o direito de exploração de bares do INSPIRAL, a Hélder Aguiar Ponte Restauração Unipessoal Lda. (Republic Bar), pelo valor de 500,00 € acrescido do IVA e nos termos da proposta apresentada;

2.º Encarregar os respetivos serviços de dar andamento ao processo.”

O Senhor Vereador Roberto Oliveira questionou se foi a única proposta concorrente, tendo a Senhora Presidente respondido que a proposta da Empresa Hélder Aguiar Ponte, Restauração Unipessoal Lda. (Republic Bar) foi a única proposta apresentada.

O Senhor Vereador Roberto Oliveira comentou que, em sua opinião, ao concorrer uma única empresa, não é uma atividade atrativa a nível comercial.

O Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado comentou que já tinha feito esta observação numa outra reunião da Câmara Municipal.

A Senhora Presidente passou a palavra à Senhora Vereadora Albertina Oliveira, responsável pelo evento.

A Senhora Vereadora Albertina Oliveira informou que tem conhecimento que esta empresa também prestou serviço em outros eventos, designadamente, no “Jardim Sagres Fest” e nas Festas do Nordeste. Acrescentou que é preciso ter uma logística, pessoal disponível e equipamentos para poder concorrer a este tipo de eventos.

A Câmara tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade:

1.º Adjudicar o direito de exploração de bares do INSPIRAL, a Hélder Aguiar Ponte Restauração Unipessoal Lda. (Republic Bar), pelo valor de 500,00 € acrescido do IVA e nos termos da proposta apresentada;

2.º Encarregar os respetivos serviços de dar andamento ao processo.

#### **PONTO N.º 7 – PROPOSTA – CLASSIFICAÇÃO E AVALIAÇÃO DE PRÉDIOS EM RUÍNAS PARA EFEITOS DE IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS:**

Foi presente a proposta sobre a classificação e avaliação de prédios em ruínas para efeitos de imposto municipal sobre imóveis - IMI, cujo teor abaixo se transcreve:

“Considerando que:

Por força do disposto no artigo 112.º, n.º 3, do Código de Imposto Municipal sobre Imóveis, na sua atual redação, adiante designado somente por CIMI, os prédios em ruínas têm as suas taxas agravadas ao triplo, por efeito da lei;

Para salvaguarda dos princípios da legalidade e imparcialidade a que a administração pública está sujeita, designadamente nos termos dos artigos 3.º e 6.º do Código do Procedimento Administrativo, respetivamente, importa estabelecer o conceito de prédios em ruínas a fim de assegurar a objetividade da sua classificação.



Na falta de diploma próprio que defina prédio em ruína, entende-se, técnica e juridicamente, que revestem as seguintes características:

- a) Edifícios antigos que ruíram ou desmoronaram, ou que foram parcialmente demolidos, que mantenham as fachadas exteriores;
- b) Edifícios descritos na alínea anterior que, para além das fachadas, mantenham, total ou parcialmente, as paredes-mestras;
- c) Restos de construções antigas que ruíram, que desmoronaram ou foram demolidas, nomeadamente fundações e paredes-mestras;
- d) Edifícios demolidos por iniciativa do proprietário ou por imposição administrativa, cuja estrutura estava em risco de ruína ou era irrecuperável.

Os prédios que constam da listagem anexa à presente proposta revestem aquelas características.

Nos termos do n.º 16 do artigo 112.º do CIMI, na sua atual redação, a identificação de prédios e frações urbanas em ruínas compete à Câmara Municipal, e deverá ser comunicado aos Serviços de Finanças, até 31 de dezembro.

Contudo, a classificação final de prédio em ruína depende de audiência dos interessados, a realizar nos termos do artigo 100.º do CPA.

Assim, deverá a Câmara Municipal considerá-los como tal, sem prejuízo da eventual alteração que do exercício do direito da audiência dos interessados possa vir a resultar.

Por conseguinte, proponho que se delibere:

- a) Aprovar o conceito de prédios em ruínas acima explicitado e, em consequência, considerar como tais os prédios constantes da listagem anexa, sem prejuízo do que eventualmente resulte do procedimento de audiência dos interessados que será concedido aos respetivos proprietários;
- b) Determinar que os serviços competentes procedam ao procedimento de audiência dos interessados;
- c) Conferir à Presidente da Câmara Municipal, em execução da presente deliberação, os poderes para decidir dos procedimentos de audiência dos interessados.”

O Senhor Vereador Roberto Oliveira questionou se baixou o número de prédios em ruínas, tendo a Senhora Presidente respondido afirmativamente, pois alguns prédios já foram reabilitados.

A Câmara tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade:

1.º Aprovar o conceito de prédios em ruínas acima explicitado e, em consequência, considerar como tais os prédios constantes da listagem anexa, sem prejuízo do que eventualmente resulte do procedimento de audiência dos interessados que será concedido aos respetivos proprietários;



2.º Determinar que os serviços competentes procedam ao procedimento de audiência dos interessados;

3.º Conferir à Presidente da Câmara Municipal, em execução da presente deliberação, os poderes para decidir dos procedimentos de audiência dos interessados.

**PONTO N.º 8 – AQUISIÇÃO DE PARCELA DE TERRENO NA ESTRADA DE PORTUGAL E DAS COMUNIDADES, CABOUÇO, PARA AFETAR AO DOMÍNIO PÚBLICO DO MUNICÍPIO:**

Foi presente o processo, acompanhado da informação dos respetivos Serviços, que abaixo se transcreve:

“Sobre o assunto supra mencionado e o processo em anexo, cumpre-me informar V. Exa. que este assunto deverá ser presente à Reunião Camarária a fim de, sendo aprovado, ser, posteriormente, submetida à apreciação da Assembleia Municipal, para se proceder à elaboração de uma escritura de dação em cumprimento de uma parcela de terreno com a área de 740,00 m<sup>2</sup> e pelo valor de 5.180,00 € (cinco mil cento e oitenta euros) a desanexar do artigo 61, Seção Q, da freguesia de Nossa Senhora do Rosário, e descrito na Conservatória do Registo Predial de Lagoa sob o n.º 1939/19950323-Rosário, pertencente a Maria da Luz Branco Pacheco Vieira, para integração do domínio público municipal, concretamente aquando da abertura de uma via perpendicular à Estrada das Comunidades, no sentido nascente/poente, que dá ligação à rua das Arrudas da freguesia do Cabouco, nos termos do artigo 25.º, n.º 1, alínea q) da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro.”

A Senhora Presidente passou a palavra ao Senhor Vereador Nelson Santos.

O Senhor Vereador Nelson Santos informou que a aquisição desta parcela de terreno surge na sequência de outra parcela de terreno que já foi adquirida para o mesmo arruamento, arruamento este já consolidado. Mais informou que esta aquisição será efetuada através de uma escritura de dação em cumprimento, atendendo que existe a favor deste Município valor de uma garantia bancária, procedendo-se ao cancelamento, em definitivo, daquela garantia bancária e pagando este Município o valor remanescente.

O Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado referiu que irá abster-se nesta deliberação, atendendo que as avaliações públicas têm de ser efetuadas por Peritos Avaliadores de Imóveis, registados junto da CMVM - Comissão do Mercado de Valores Mobiliários.

O Senhor Vereador Nelson Santos referiu que esta avaliação foi efetuada pela Técnica da Câmara Municipal, com experiência na matéria e obteve a concordância da proprietária.

A Câmara tomou conhecimento e deliberou, por maioria, com cinco votos a favor dos membros do Partido Socialista e duas abstenções dos Senhores Vereadores do Partido Social Democrata, Carlos Augusto Furtado e Roberto Oliveira:



1.º Aprovar a aquisição da parcela de terreno acima identificada, do domínio privado (particular) para afetar ao domínio público do Município;

2.º Submeter à Assembleia Municipal, de acordo com a alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a afetação da referida parcela de terreno do domínio privado (particular) para o domínio público do Município, nos termos da alínea q) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

**PONTO N.º 9 – CEDÊNCIA A TÍTULO GRATUITO DE PARCELAS DE TERRENO DO DOMÍNIO PRIVADO (PARTICULAR) PARA AFETAR AO DOMÍNIO PÚBLICO DO MUNICÍPIO:**

Foi presente o processo, acompanhado da informação dos respetivos Serviços, que abaixo se transcreve:

“Sobre o assunto supra mencionado e a informação da Chefe de Divisão de Gestão Urbana e Infraestruturas (Eng.ª Andreia Delfim) em anexo, cumpre-me informar V. Exª que este assunto deverá ser presente à Reunião Camarária a fim de, sendo aprovado, ser, posteriormente, submetida à apreciação da Assembleia Municipal, para se proceder à elaboração de escrituras de cedência a título gratuito, das seguintes parcelas de terreno, para integração do domínio público municipal, nos termos do artigo 25.º, n.º 1, alínea q) da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro:

**Prédio 1**

Prédio rústico, com o artigo matricial 18, da secção M do Rosário, sendo proprietário o Sr. Luís Manuel Soares Eleutério. O prédio tem uma área total de 1380 m<sup>2</sup>, sendo que a área a ser cedida para o domínio público é de 57,0 m<sup>2</sup>.

**Prédio 2**

Prédio rústico, com o artigo matricial 19, da secção M do Rosário, sendo proprietário o Sr. José Virgínio de Almeida, Cabeça de Casal da Herança. O prédio tem uma área total de 1320 m<sup>2</sup>, sendo que a área a ser cedida para o domínio público é de 55,0 m<sup>2</sup>.

**Prédio 3**

Prédio rústico, com o artigo matricial 20, da secção M do Rosário, sendo proprietário a Quinta da Paródia – Parque Rural de Entretenimento Educativo, Unipessoal, Lda. O prédio tem uma área total de 43.900 m<sup>2</sup>, sendo que a área a ser cedida para o domínio público é de 337,0 m<sup>2</sup>.”

A Câmara tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade:

1.º Aprovar a cedência a título gratuito das parcelas de terreno acima identificadas, do domínio privado (particular) para afetar ao domínio público do Município;

2.º Submeter à Assembleia Municipal, de acordo com a alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a afetação das referidas parcelas de terreno do

domínio privado (particular) para o domínio público do Município, nos termos da alínea q) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

#### **SUBUNIDADE ORGÂNICA DE CONTABILIDADE E PATRIMÓNIO:**

#### **PONTO N.º 10 – PARECER DO FISCAL ÚNICO SOBRE A INFORMAÇÃO FINANCEIRA SEMESTRAL 2019:**

Pela Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda. – Marques da Cunha, Arlindo Duarte & Associados, foi presente o Parecer do Fiscal Único sobre a Informação Financeira do semestre findo, em 30 de junho de 2019, deste Município, incluída no Balanço e na Demonstração dos Resultados e nos Mapas de Execução Orçamental, a fim de ser submetido à Assembleia Municipal, de acordo com a alínea d) do n.º 2 do artigo 77.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro.

A Câmara tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, submeter o Parecer do Fiscal Único sobre a Informação Financeira Semestral à Assembleia Municipal, conforme previsto na alínea d) do n.º 2 do artigo 77.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro.

#### **SUBUNIDADE ORGÂNICA DE TESOURARIA:**

#### **PONTO N.º 11 – RESUMO DIÁRIO DE TESOURARIA:**

Foi presente o Resumo Diário da Tesouraria do dia 12 de setembro do ano em curso que apresenta um saldo de Dotações Orçamentais de 832.894,34 € (oitocentos e trinta e dois mil oitocentos e noventa e quatro euros e trinta e quatro centavos).

A Câmara tomou conhecimento.

#### **SUBUNIDADE ORGÂNICA RECURSOS HUMANOS:**

#### **PONTO N.º 12 – PROPOSTA – ALTERAÇÃO DA ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DOS SERVIÇOS MUNICIPAIS:**

Foi presente a proposta de alteração da Estrutura e Organização dos Serviços Municipais, que abaixo se transcreve:

“A atual estrutura orgânica da Câmara Municipal de Lagoa, aprovada em reunião Camarária de 10 de abril de 2015 e apresentada em sessão da Assembleia Municipal, de 28 de abril de 2015,



manteve a deliberação da Assembleia Municipal, de 14 de abril de 2011, que estabeleceu como limite a existência de 4 Unidades Orgânicas e 8 Subunidades Orgânicas.

De modo, a ser implementado uma nova dinâmica de atuação e uma maior operacionalidade e eficiência dos serviços, face aos atuais desafios e exigências que se vão colocando às Autarquias Locais, torna-se necessário proceder a ajustes à atual Estrutura e Organização dos Serviços Municipais, de forma a otimizar-se o desempenho dos serviços em moldes que lhes permitam dar uma melhor resposta às solicitações decorrentes das suas atribuições e competências.

As principais alterações à Estrutura e Organização dos Serviços Municipais traduzem-se no seguinte:

- a) Passar de 4 para 5 Unidades Orgânicas e de 8 para 6 Subunidades Orgânicas.
- b) É criada uma nova Unidade Orgânica de Ação Social, Saúde, Educação e Cultura que será dirigida por um Dirigente Intermédio de 3.º grau que ficará responsável pelos seguintes serviços:
  - Ação Social;
  - Saúde;
  - Educação;
  - Cultura.
- c) É criada uma nova Unidade Orgânica de Desporto, Juventude e Turismo, que será dirigida por um Dirigente Intermédio de 3.º grau que ficará responsável pelos seguintes serviços:
  - Desporto;
  - Juventude;
  - Turismo.

d) Há uma reorganização interna dos serviços pelas respetivas Unidades Orgânicas, de acordo com as suas especificidades.

Assim, ao abrigo da alínea k) do n.º 1 do artigo 33.º e da alínea m) do n.º 1 do artigo 25.º ambos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, propõe-se para aprovação da Câmara Municipal e submissão da Assembleia Municipal a alteração da Estrutura e Organização dos Serviços Municipais, em anexo, para que possa ser dada uma resposta mais concisa aos cenários que se impõem e à nova realidade da atuação do Município de Lagoa – Açores.

Igualmente, se anexa a representação gráfica da Estrutura (Organograma) dos Serviços Municipais.”

A Senhora Presidente explicou a proposta apresentada de alteração da Estrutura e Organização dos Serviços Municipais e acima transcrita, com a criação de duas novas Unidades Orgânicas que serão dirigidas por um Dirigente Intermédio de 3.º grau. Mais informou que de acordo com a Lei do SIADAP - Sistema Integrado de Gestão e Avaliação do Desempenho na Administração Pública, os trabalhadores devem de ser avaliados pelo seu



superior hierárquico imediato ou, na sua ausência ou impedimento, pelo superior hierárquico de nível seguinte, e não pelo dirigente máximo do serviço, como acontecia, sendo da competência do dirigente máximo do serviço coordenar e controlar o processo de avaliação, bem como homologar as avaliações.

Informou, ainda, que foi tido em consideração nesta alteração a Lei que estabelece o Programa de Regularização Extraordinária dos Vínculos Precários na Administração Pública para regularizar a situação de 8 trabalhadores ao serviço da Câmara Municipal, conforme proposta que explicará no ponto seguinte de alteração do Mapa de Pessoal.

O Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado referiu que irá abster-se nesta deliberação, porque a última vez que votou uma Reorganização dos Serviços, em 2012, foi enganado pelo Presidente de então e fruto desta situação, foi injusto com uma pessoa funcionária do Município, pelo que não quer cometer o mesmo erro, não obstante as explicações prestadas pela Senhora Presidente, admite que num futuro próximo e com mais informação, poderia vir a arrepender-se de ter votado favoravelmente esta proposta. Acrescentou, ainda, que esta Reorganização se trata da visão de gestão da Senhora Presidente e da sua equipa.

O Senhor Vereador Roberto Oliveira referiu que irá abster-se nesta deliberação, atendendo que lhe é difícil, apesar das explicações prestadas pela Senhora Presidente, ajuizar de forma correta esta matéria.

A Câmara tomou conhecimento e deliberou, por maioria, com cinco votos a favor dos membros do Partido Socialista e duas abstenções dos Senhores Vereadores do Partido Social Democrata, Carlos Augusto Furtado e Roberto Oliveira:

1.º Aprovar a proposta apresentada de alteração da Estrutura e Organização dos Serviços Municipais;

2.º Propor ao abrigo da alínea k) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro à aprovação da Assembleia Municipal a referida proposta, com o novo modelo de estrutura orgânica, com a criação de uma nova unidade orgânica flexível, passando das atuais 4 para 5 Unidades Orgânicas e de 8 para 6 Subunidades Orgânicas, nos termos do disposto no artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 305/2009, de 23 de outubro, na sua atual redação e alínea m) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

### **PONTO N.º 13 – PROPOSTA – ALTERAÇÃO DO MAPA DE PESSOAL PARA O ANO FINANCEIRO DE 2019:**

Foi presente a proposta de alteração do Mapa de Pessoal do Município de Lagoa, para o ano financeiro de 2019, nos termos do artigo 29.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho - Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, que abaixo se transcreve:



"Visando ajustar o Mapa de Pessoal da Câmara Municipal de Lagoa-Açores, face às necessidades atuais do serviço e resultante do Programa de Regularização Extraordinária dos Vínculos Precários na Administração Pública, através da Lei n.º 112/2017, de 29 de dezembro, e, ainda, com base na proposta de alteração da Estrutura e Organização dos Serviços Municipais, proponho à Câmara Municipal, para ser presente à Assembleia Municipal a seguinte alteração ao mapa de pessoal:

**Aumento de lugares:**

Programa de Regularização Extraordinária dos Vínculos Precários na Administração Pública:

3 – Técnicos Superiores;

2 – Assistentes Técnicos;

3 – Assistentes Operacionais.

Novos Procedimentos Concursais:

2 – Dirigentes Intermédios de 3.º Grau;

2 – Técnicos Superiores;

1 – Assistente Técnico;

1 – Assistente Operacional;

1 – Fiscal.

Consolidação de Mobilidade:

1 – Assistente Operacional.

**Supressão de lugares:**

1 – Coordenador Técnico.

De acordo com o n.º 5 do artigo 29.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, após aprovação da Assembleia Municipal será efetuado o reforço do cabimento orçamental para o aumento dos postos de trabalho."

A Senhora Presidente explicou a proposta apresentada de alteração do Mapa de Pessoal e acima transcrita. Informou que ao abrigo do Programa de Regularização Extraordinária dos Vínculos Precários na Administração Pública serão abrangidos os seguintes trabalhadores ao serviço desta Câmara Municipal:

3 – Técnicos Superiores: Cátia Trindade Meireles; Andreia Filipa Xavier Pereira e Sara Borges Martins do Vale;

2 – Assistentes Técnicos: Carolina Margarida Cabral Pacheco e Brian Corry Câmara Tavares;

3 – Assistentes Operacionais: Leandro Patrício Raposo Biscaia; Paulo Alberto Ferreira Vieira e Paulo Sérgio da Silva Ferreira.

Relativamente aos novos procedimentos concursais estes seguirão os trâmites legais em vigor.

A consolidação de mobilidade está relacionada com o trabalhador Ricardo Rodrigues.





Mais informou a Senhora Presidente que houve a supressão de um lugar de Coordenador Técnico que estava afeto à Subunidade Orgânica de Ação Social, cujo serviço foi incluído na nova Unidade Orgânica de Ação Social, Saúde, Educação e Cultura.

Os Senhores Vereadores Carlos Augusto Furtado e Roberto Oliveira, referiram que irão abster-se nesta deliberação face às justificações apresentadas no ponto anterior.

A Câmara tomou conhecimento e deliberou, por maioria, com cinco votos a favor dos membros do Partido Socialista e duas abstenções dos Senhores Vereadores do Partido Social Democrata, Carlos Augusto Furtado e Roberto Oliveira:

1.º Concordar com a proposta apresentada do Mapa de Pessoal do Município de Lagoa;

2.º De acordo com a alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, submeter à aprovação da Assembleia Municipal, a proposta de alteração do Mapa de Pessoal do Município de Lagoa, para o ano financeiro de 2019, nos termos da alínea o) do n.º 1 do artigo 25.º da citada Lei e n.º 4 do artigo 29.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho.

#### **UNIDADE ORGÂNICA DE GESTÃO URBANA E DE INFRAESTRUTURAS:**

#### **PONTO N.º 14 – DELIMITAÇÃO DE UMA UNIDADE DE EXECUÇÃO:**

Na sequência do deliberado por esta Câmara Municipal, em sua reunião de 12 de julho de 2019, foi presente a informação dando conhecimento que terminou o período de apreciação pública para recolha de observações e sugestões, sobre a delimitação de uma Unidade de Execução (UE), que foi publicado no Diário da República, 2.ª Série, n.º 147, de 2 de agosto de 2019, sem que dele tivesse resultado quaisquer reclamações, observações ou sugestões. Igualmente, sobre o assunto, foi presente o relatório de ponderação da Discussão Pública que se junta por fotocópia à presente ata, para dela fazer parte integrante, como documento anexo sob o número 5.

A Câmara tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, submeter à aprovação da Assembleia Municipal, o procedimento da delimitação de uma Unidade de Execução na Área Turística de Água de Pau (UOPG 13).

#### **SUBUNIDADE ORGÂNICA DE OBRAS PARTICULARES E LOTEAMENTOS:**

#### **PONTO N.º 15 – PEDIDO DE CERTIDÃO DE COMPROPRIEDADE, FREGUESIA DE ÁGUA DE PAU:**

Foi presente à Câmara o requerimento apresentado por Natália Jeanne Archinard e Alain André Arthur Archinard, solteiros, residentes no Ch. de l' Escalade 1, 1206 Genebra,



Suíça, na qualidade de futuros proprietários, solicitando nos termos do artigo 54.º da Lei n.º 91/95, de 2 de setembro, na redação dada pela Lei n.º 64/2003, de 23 de agosto, parecer sobre a constituição de compropriedade, com vista à celebração duma escritura de doação conjunta do prédio rústico, sito no Cinzeiro, freguesia de Água de Pau, deste Concelho, descrito na Conservatória do Registo Predial de Lagoa sob o número 2497/20121127, inscrito na matriz predial sob o artigo 136, secção AA.

Após análise do pedido e informação técnica que abaixo se transcreve:

“Relativamente ao assunto em epígrafe cumpre-me informar do seguinte:

Os requerentes requerem parecer favorável nos termos do artigo 54.º da Lei n.º 91/95, de 02 de setembro na redação que lhe foi dada pela Lei n.º 64/2003, de 23 de agosto, referente à aquisição em regime de compropriedade, de um prédio rústico inscrito na matriz predial sob o artigo 136, secção AA da freguesia de Água de Pau.

De referir que da celebração da escritura de doação conjunta do aludido prédio não resulta parcelamento físico, nem jurídico do mesmo, ou que a presente constituição de compropriedade possa contrariar um qualquer instrumento de gestão territorial, ao abrigo do n.º 2 do artigo 54.º da Lei n.º 91/95, de 2 de setembro, na sua atual redação.

O Gabinete Técnico desta autarquia nada tem a opor à constituição da compropriedade.”

A Câmara tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, não haver inconveniente no pedido acima indicado.

#### **UNIDADE ORGÂNICA DE OBRAS, ÁGUAS E SERVIÇOS URBANOS:**

#### **PONTO N.º 16 – PROPOSTA – ASSUNTOS PRESENTES NA REUNIÃO DE 24-07-2019 DA COMISSÃO DE TRÂNSITO DO CONCELHO DE LAGOA – AÇORES:**

Foi presente a proposta com os assuntos apresentados na reunião da Comissão de Trânsito do Concelho de Lagoa – Açores, realizada no dia 24 de julho de 2019, que se junta por fotocópia à presente ata, para dela fazer parte integrante, como documento anexo sob o número 6.

A Senhora Presidente apresentou a referida proposta e a mesma foi analisada ponto por ponto. Após troca de impressões entre todos membros da Câmara foi deliberado, por unanimidade:

1.º Encarregar o Gabinete Técnico da Câmara Municipal de estudar a proposta apresenta pelo Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado, na reunião da Comissão de Trânsito, referente ao ponto n.º 2 – Apresentação de Estudo – Rua do Mercado, freguesia de Água de Pau;



2.º Solicitar ao Centro Social de Nossa Senhora do Rosário se concordam com a deliberação da Comissão de Trânsito, relativamente ao ponto n.º 11 – Pedido de 2 lugares de estacionamento na Rua Dr. Filomeno da Câmara, para a carrinha da Casa de Acolhimento Residencial – Pedido apresentado pelo Centro Social de Nossa Senhora do Rosário;

3.º Aprovar os restantes pontos da proposta apresentada pela Comissão de Trânsito do Concelho de Lagoa – Açores;

4.º Encarregar os respetivos serviços de darem o devido andamento.

#### **APROVAÇÃO DA ATA EM MINUTA:**

De acordo com o disposto no n.º 3 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a ata em minuta, a fim das respetivas deliberações produzirem efeitos imediatos.

#### **ENCERRAMENTO:**

E não havendo mais nada a tratar, sendo 12:20 horas, foi pela Senhora Presidente da Câmara Municipal encerrada a presente reunião, da qual se lavrou a presente ata que depois de lida foi aprovada e assinada nos termos da Lei.

E eu  \_\_\_\_\_, Técnica Superior, do Gabinete de Apoio aos Órgãos Autárquicos, a redigi e assino.

A PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL

  
\_\_\_\_\_  
CRISTINA DE FÁTIMA SILVA CALISTO

